

# Luta de classes, precarização da formação da juventude trabalhadora e acirramento da dualidade estrutural: a contrarreforma do ensino médio e da educação profissional

Domingos Leite Lima Filho

**Como citar:** LIMA FILHO, Domingos Leite. Luta de classes, precarização da formação da juventude trabalhadora e acirramento da dualidade estrutural: a contrarreforma do ensino médio e da educação profissional. *In:* NOVAES, Henrique Tahan; LIMA FILHO, Domingos Leite; SANTOS, José Deribaldo Gomes dos (org.). **Educação profissional no Brasil do século XXI: políticas, críticas e perspectivas**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. v. 3. p. 23-32. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-526-1.p23-32>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# 1

## **Luta de classes, precarização da formação da juventude trabalhadora e acirramento da dualidade estrutural: a contrarreforma do ensino médio e da educação profissional<sup>1</sup>**

*Domingos Leite Lima Filho*

Neste breve texto argumentamos que ao reduzir e relegar a plano secundário conhecimentos científicos, tecnológicos, humanísticos e ético-políticos, que são conteúdos fundamentais para a formação das juventudes, a contrarreforma do ensino médio, em implantação, expressa demandas do capitalismo neoliberal, da inserção subalterna e dependente do país neste cenário internacional e do projeto societário defendido pelas elites brasileiras para a manutenção de seus privilégios neste contexto, tendo por base a precarização e superexploração da força de trabalho jovem.. Na

---

<sup>1</sup> Texto apresentado no Painel Temático “Contrarreformas educacionais e luta de classes no Brasil e na América Latina: a educação profissional em debate”, na 41ª. Reunião Anual da ANPEd, Manaus, 23 de outubro de 2.023.

medida em que as escolas públicas e os jovens da classe trabalhadora que são a grande maioria da população que frequenta estas escolas são os mais prejudicados, uma vez que tais medidas significam a maior precarização das redes públicas e que, como de costume já verificado em reformas educacionais anteriores as escolas da rede privada preservam seus currículos e escapam do reducionismo, tal movimento provoca o recrudescimento e acirramento da dualidade estrutural na educação brasileira, expressão maior da luta de classes na política educacional.

## **INTRODUÇÃO**

No âmbito da pesquisa educacional a relação trabalho-educação constitui um campo central e de grande relevância de estudo, na medida em que busca tratar integradamente da formação geral e profissional das gerações, o que inclui necessariamente a dimensão humanística, ético-política, científica e tecnológica. Contudo, considerando as disputas entre classes sociais no contexto das relações sociais capitalistas de produção, distintos projetos societários se enfrentam apresentando projetos e modelos educacionais para a formação da classe trabalhadora. Nesse sentido, a atual contrarreforma do ensino médio apresentada no contexto golpista de 2016 pela Medida Provisória 746 e rapidamente transformada na Lei 13.415/2017 (Brasil, 2017) representa o projeto do capital para a formação da juventude brasileira (Moura; Lima Filho, 2017).

A contrarreforma vem se materializando nas redes educacionais a partir da implementação da citada Lei e de um conjunto de medidas complementares, dentre as quais a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio (Brasil, 2018b) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (Brasil, 2018a), entre outras. Estes instrumentos normativos, aprovados no contexto do autoritarismo e do negacionismo que marcaram a sociedade brasileira neste período, vêm ao longo dos últimos anos sendo implantados nas escolas das redes públicas, em um processo caracterizado pelo açodamento, improvisação, falta de diálogo com os sujeitos profissionais da educação e estudantes, centralização, não disponibilização de condições estruturais e

forte presença de fundações, institutos e organizações privadas e empresariais da educação, os chamados reformadores empresariais da educação (Freitas, 2014), promovendo-se um processo de “colonização” tanto na definição das disciplinas, materiais didáticos quanto na própria gestão das escolas e das redes públicas, cuja expressão mais acabada é a submissão do CONSED (Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação) aos interesses privatistas como principal interlocutor na defesa da contrarreforma.

A contrarreforma operacionaliza, entre outros, dois movimentos articulados: o primeiro, a retirada de conteúdos curriculares de base científica e humanística; o segundo, a fragmentação do currículo em itinerários formativos. O primeiro é produzido, pela redução de carga horária ou mesmo eliminação de obrigatoriedade de disciplinas como Filosofia, Sociologia, História, Física, Biologia, Química, Artes, Educação Física. Pelo segundo, ataca-se o conceito de ensino médio como etapa final da educação básica (estabelecido pela LDB, como direito uniforme para todos os estudantes do ensino médio), na medida em que os itinerários estabelecem processos formativos diferenciados. Este movimento duplo vem impactando fortemente as escolas públicas, com severas consequências na desorganização da oferta, na degradação dos processos de ensino e aprendizagem, na ausência de material didático, na inexistência de políticas de formação de professores, desorganizando e precarizando ainda mais o cotidiano escolar, com prejuízo ainda maior para os jovens que se sentem e são efetivamente abandonados pela política pública. Contudo, para além da importante discussão sobre estes pontos particulares da reforma, na sequência deste texto nos dedicaremos a discutir as razões e interesses de classe que orientam a reforma em análise no contexto do neoliberalismo e do modelo de inserção dependente e subalterna do país nas relações capitalistas internacionais.

## **NEOLIBERALISMO, REGRESSÃO E CONTRARREFORMA SOCIAL: ACIRRAMENTO DA LUTA DE CLASSES**

A vitória de Lula nas eleições presidenciais de 2022 interrompe o ciclo negacionista e autoritário oriundo do golpe de 2016. Nesse sentido,

tem a potencialidade de produzir um movimento de reconstrução do país, a começar pela necessidade de fazer a revogação de uma série de políticas socialmente regressivas, dentre elas estaria, com certeza, a revogação imediata da contrarreforma do ensino médio. Não obstante, o que temos visto nestes primeiros meses, seja pela amplitude da frente formada nas eleições, seja pela pressão dos setores conservadores, seja por limitações do próprio projeto político do novo governo, é que decisões mais fortes e necessárias são proteladas. Veja-se, por exemplo, que no contexto de fortes e massivas mobilizações dos estudantes, professores e de manifestações de amplos setores da sociedade pela revogação da contrarreforma do ensino médio, o Ministério da Educação não atendeu as demandas de revogação e apenas baixou portaria em abril de 2023 anunciando a “suspensão da implementação do Novo Ensino Médio”. Isso demonstra que será necessária muita luta social, muita mobilização, muita pressão, para que se possa fazer avançar as demandas sociais e populares.

O que é necessário considerar é que as disputas na composição interna do governo e dos embates entre forças sociais mais progressistas, conservadoras, liberais e de direita existentes na conjuntura brasileira ocorrem e são diretamente influenciadas pelo cenário mundial de acirramento da competição internacional, da intensificação da polarização comercial e disputa de influência política entre China e Estados Unidos, do contexto da guerra Rússia x Ucrânia/OTAN. É neste contexto que ao longo dos últimos anos, após a crise ocorrida no centro do capitalismo mundial no ano de 2008, ocorre uma intensificação do neoliberalismo, como necessidade do capital para a saída ou em resposta à crise (Harvey, 2018).

Fazem parte do cenário mundial a introdução massiva de tecnologias digitais no processo de trabalho e na vida cotidiana, ocasionando a chamada plataformização das atividades, a elevação do desemprego estrutural, do subemprego, e a intensificação da precarização das formas de contratação do trabalho. Este processo atinge mundialmente e de maneira ampla o norte e o sul, mas especialmente as economias centrais do capitalismo, no processo de concentração e centralização do capital e do poder, buscam estabelecer e fortalecer o seu domínio sobre a assim denominada “periferia do sistema”, ao qual propõem uma funcional integração subalterna

acompanhada da dependência cultural, científica e tecnológica. Contudo, permeado pela emergência de discursos de negacionismo científico, de fundamentalismo religioso e de neofascismos, o processo constitui uma maneira peculiar de dominação do capital no qual as elites econômicas e empresariais locais, em busca da manutenção de seus privilégios de classe e poder, negociam com o centro internacional e dinâmico do capitalismo, uma forma de inserção, já caracterizada como subalterna e dependente. Para a realização deste intento são estabelecidos processos sociais abrangentes e regressivos, nos quais o capital busca apropriar-se dos fundos públicos e tornar-se formulador e dirigente de políticas que tem como meta a supressão de direitos sociais e trabalhistas, atingindo sobretudo e mais duramente a classe trabalhadora, os que vivem do trabalho, os não proprietários dos meios de produção, enfim, camadas pobres, populares e médias e da população.

É importante considerar que na América Latina os anos 2000 foram marcados pela ascensão de governos democráticos e populares (Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, entre outros) que passaram a empreender, ainda que limitadamente, políticas sociais de conquista e ampliação de direitos e distribuição de renda. Portanto, além do ajuste à situação de demanda mundial de acentuação da exploração e acumulação capitalista, o processo é também, no plano nacional, uma espécie de “volta atrás”, uma acentuação da superexploração da força de trabalho, para relembrar o conceito formulado por Ruy Mauro Marini, em *Dialética da dependência*. Em síntese, podemos concluir que o processo ocorre no acirramento da luta de classes no atual estágio do capitalismo mundial, na vigência do neoliberalismo, em que são demandadas contrarreformas sociais. É, pois, como parte de uma ampla contrarreforma social (no sentido gramsciano) que entendemos a atual reforma do ensino médio no Brasil, inserida em um conjunto mais amplo de contrarreformas, como a da previdência social e a trabalhista.

## **O CHAMADO “NOVO ENSINO MÉDIO”: PROJETO DE (DE/CON)FORMAÇÃO DA JUVENTUDE**

No cenário do neoliberalismo a precarização da classe trabalhadora é geral, como descrevem Standing (2013), Antunes (2018), e Antunes e Braga (2009), embora com diferenças que apontam para o surgimento do precariado, do infoproletariado e de novas formas de servidão. Neste cenário os efeitos sobre a juventude são mais drásticos e inúmeras pesquisas apontam que para jovens de 15 a 29 anos são maiores os índices de desemprego, de subremuneração, de mais instabilidade e de formas mais precárias de contratação.

Conforme apontam Sousa, Pochmann e Bonone (2021), no Brasil, entre os anos de 2012 e 2019, é entre a juventude (15 a 29 anos) que se dá a maior expansão da participação no trabalho plataformizado, indicando, para tanto, cinco fatores determinantes: o primeiro considera que a juventude possui menos experiência e menor qualificação, condicionando os jovens à aceitação de trabalhos mais precários e com menor remuneração e a aderirem às plataformas como alternativa viável/possível; o segundo fator é a necessidade de sobrevivência, num contexto de piora econômica que impacta a vida individual e familiar, predispondo-os a aceitar qualquer trabalho que forneça alguma remuneração, como é o caso dos entregadores ciclistas, motociclistas e dos uberistas; o terceiro, considera que os jovens estão mais inteirados no uso das novas tecnologias, permitindo a execução de uma maior amplitude de tarefas, o que não implica necessariamente em tarefas mais complexas e de maior remuneração; o quarto fator, tem a ver com a maior predisposição física dos jovens, levando-os a cumprir jornadas de trabalho mais intensas e mais longas na busca de remuneração diária ligeiramente maior; por último, há a característica dos trabalhos em plataformas se configurarem com horas flexíveis, permitindo (em hipótese) a possibilidade de compartilhamento com outras atividades, tais como o estudo.

Contudo, em síntese, o que se constata, ao lado do trabalho/ocupação precários, é a crescente exclusão de imensa parcela dos jovens do mun-

do do trabalho e da educação. No Brasil, o índice de jovens de 15 a 29 anos que não trabalham nem estudam atinge 29,33%, condição “[...] marcada pelas seguintes particularidades: maior preponderância entre jovens com pouca escolaridade e de baixa renda, mulheres com filho, notadamente” (Silva Júnior; Mayorga, 2021, p. 3). Neste cenário, o ideário promovido pelo capital é o de que as perspectivas de acesso à educação e ao trabalho tornam-se funcionais e elemento de escolha própria pessoal, não mais um direito social universal e dever do Estado, e sim uma possibilidade de investimento a ser assumida por cada indivíduo para, ao se tornar socialmente ativo, construir sua própria caminhada na sociedade. É precisamente aí onde encontramos o elo conceitual com o chamado “Novo Ensino Médio”, ao estabelecer como categorias orientadoras da contrarreforma educacional o protagonismo juvenil, o empreendedorismo e a meritocracia.

Conectado a isso, é importante destacar que organismos multilaterais (Banco Mundial, 2019; Organização Internacional do Trabalho, 2020; Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, 2020) têm se dedicado à difusão de um ideário e de orientações de políticas públicas que propõem a formação dos jovens como indivíduos capazes de aprenderem a agir, julgar e escolher suas trajetórias próprias em contextos tidos como desfavoráveis (Grosso, 2016). Estes documentos, no geral, apresentam a degradação das condições de trabalho e da precariedade da juventude, com uma certa perspectiva de “naturalização” do fenômeno, com impactos e possíveis saídas individuais, não como contradições da relação trabalho-educação ocorrentes e motivadas pelas formas de exploração características das relações capitalistas de produção.

A lógica proposta a partir dessas orientações e incorporada às concepções presentes nos documentos norteadores da contrarreforma do ensino médio (Brasil, 2017, 2018a, 2018b), não é tornar o sujeito ativo para defender os interesses coletivos e sociais, mas sim para se portar como protagonista em sua individualidade, em um contexto localizado e fragmentado. Empresário de si, que se assentam em valores como meritocracia, protagonismo, empreendedorismo, competição que alimentam determinados modos de ser e agir (Sundin, 2023), ou seja, competências psicofísicas e sociais e atitudes esperadas, funcionais à manutenção e conformação da ordem.

Assim, encontramos confluências entre as orientações dos intelectuais orgânicos do capitalismo (como as organizações multilaterais) e o disposto na contrarreforma do ensino médio, ou seja, na disposição para a inserção aligeirada e precarizada dos jovens no mercado de trabalho, sob moldes alienantes e estratégias de passivação, ou seja, o ‘Novo Ensino Médio’ busca estabelecer não um processo de formação, mas sim de deformação, de conformação da juventude a um viver precário, à renúncia da condição de sujeito da história social [...] (Sundin, 2023, p. 76).

É por aí que podemos procurar entender os mecanismos internos da contrarreforma, como o esvaziamento dos currículos, sobretudo de conteúdos histórico-críticos, de ciência e tecnologia; a valorização da epistemologia da prática em detrimento da teoria; a emergência dos itinerários e trilhas formativas como fragmentação e terminalidade de uma formação meramente operacional, voltada para a formação de subjetividades conformadas e adaptáveis à superexploração capitalista.

Processo de subtração do futuro da juventude, pela negação do conhecimento, pela produção de subjetividades passivas, pela contenção de demandas sociais e coletivas, a contrarreforma do ensino médio, ao incidir diretamente sobre a rede pública de educação intensificando a sua precarização, significa a reprodução e ampliação das desigualdades sociais, aumentando a fragmentação e a desigualdade educacional no Brasil e, portanto, agravando a dualidade estrutural, expressão da luta de classes na estrutura educacional brasileira.

São estas algumas das questões que, de nosso ponto de vista, se colocam como importantes para a crítica da contrarreforma e para a construção de uma nova política pública para o ensino médio. Exigem de nós a ousadia para enfrentar os desafios de colocar como prioridade um projeto de nação democrática e comprometida com a superação das desigualdades sociais. No caso do ensino médio, é imprescindível que a política pública tenha por objetivos a garantia da oferta qualificada com escolas bem estruturadas, condições dignas de trabalho e carreira para os profissionais

da educação, políticas de assistência e condições de permanência dos estudantes, a construção de currículos plenos de significados e a formação de educadores comprometidos com a qualidade social, a democracia e a formação humana integral, livre e criadora.

Por todas estas razões, a nossa atuação deve ser na resistência, na luta pela revogação total e imediata da contrarreforma do ensino médio.

## **REFERÊNCIAS:**

- ANTUNES, Ricardo. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy (org.). *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BANCO MUNDIAL. *Informe sobre el Desarrollo Mundial 2019: la naturaleza cambiante del trabajo, cuadernillo del “Panorama general”*. Washington, DC: Banco Mundial, 2019.
- BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro. *Diário Oficial da União*, Brasília, 2017.
- BRASIL. MEC.CNE/CEB. *Resolução n. 3, de 21 de Novembro de 2018*. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2018a.
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica. *Base Nacional Comum Curricular*. Versão Final. Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria da Educação Básica, 2018b.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE; ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBEROAMERICANOS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Educación, juventud y trabajo: habilidades y competencias necesarias en un contexto cambiante*. Documentos de Proyectos (LC/TS.2020/116). Santiago: CEPAL, 2020.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais e a disputa pelo controle do processo pedagógico na escola. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1085-1114, out./dez. 2014.
- GROPPO, Luís Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v. 20, n. 1, p. 383-402, jan./jun. 2016.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOURA, Dante Henrique; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio: Regressão de direitos sociais. *Revista Retratos da Escola*, Campinas, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Global employment trends for youth 2020: technology and the future of jobs*. International Labour Office. Geneva: ILO, 2020.

SILVA JUNIOR; Paulo Roberto; MAYORGA, Claudia. Análise lexical sobre o/a jovem nem-nem no documento trabalho decente e juventude/oit. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 21, n. 3, p. e11349, 2021.

SOUZA, Euzebio; POCHMANN, Márcio; BONONE, Luana Meneguelli. Juventude e trabalho plataformizado no Brasil: juventude indicando tendências. *Revista Ciências do Trabalho*, São Paulo, n. 20, p. 1-14, out. 2021.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo: Autêntica, 2013.

SUNDIN, Gabriel França. *Concepções e orientações dos organismos internacionais de políticas para a juventude e suas inter-relações com o trabalho e a tecnologia*. 2023. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - PPGTE/UTFPR, Curitiba, 2023.